
ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL
REALIZADA AO 1º DIA DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2.021

SOCIEDADE PREVIDENCIÁRIA RUMOS
CNPJ nº 51.245.355/0001-81

Ao primeiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, às 10:00 horas, reuniram-se os membros integrantes do Conselho Fiscal da Sociedade Previdenciária Rumos ("Sociedade"), com sede social sita à Alameda Itapecuru, 506/Parte, Alphaville, no município de Barueri, Estado de São Paulo, acompanhados dos membros da Diretoria Executiva da Sociedade e dos Srs. Sérgio Brinckmann e André Suaide, representantes da empresa Inside Pensions Atividades de Consultoria em Gestão Empresarial LTDA. ("Inside Pensions"), que presta serviços de assessoria ao Conselho Fiscal da Sociedade. Na qualidade de Presidente da Mesa, assumiu a direção dos trabalhos a Presidente do Conselho Fiscal, Sra. Marisa Bittencourt de Marques, que designou a mim, Katyere Peres, para servir como Secretária da Mesa. A reunião foi realizada por videoconferência, conforme prevê o Art. 8º do Regimento do Conselho Fiscal. Verificado o quórum para início dos trabalhos, a Sra. Presidente informou aos presentes que, conforme era do conhecimento de todos, a Ordem do Dia consistia dos seguintes itens: a) apresentação aos membros da Diretoria Executiva do resultado dos testes efetuados pela Inside Pensions; e b) aprovação da manifestação do Conselho Fiscal. A Sra. Presidente colocou em discussão, então, o item "a" da Ordem do Dia. Em conjunto com os representantes da Inside Pensions, agradeceu a colaboração da equipe de gestão da Sociedade na condução dos trabalhos, reviu com os presentes os controles que foram selecionados e submetidos a testes por aquela empresa, os resultados desses testes, comentários e pontos de melhoria identificados, bem como a conclusão de que tais controles estão robustos o suficiente para mitigar os referidos riscos, tudo conforme documentado no

Relatório dos Controles elaborado pela Inside Pensions e encaminhado aos membros da Diretoria Executiva com antecedência, para preparação prévia. O Sr. Alexandre Garcia de Carvalho, membro da Diretoria Executiva da Sociedade, tomou a palavra e compartilhou a sua satisfação com a condução e qualidade dos exames, bem como com a convicção demonstrada na conclusão por eles fundamentada. Encerrados os debates e esclarecidas as questões dos presentes, os Srs. Conselheiros decidiram, por unanimidade, aprovar sem ressalvas o Relatório dos Controles elaborado pela Inside Pensions e solicitar o seu arquivamento para futuras consultas que se façam necessárias. A Sra. Presidente agradeceu o comparecimento à reunião dos membros da Diretoria Executiva da Sociedade, que em seguida se desconectaram da videoconferência. A Sra. Presidente, assim, passou ao último item da Ordem do Dia, compartilhando com os presentes uma minuta da manifestação do Conselho Fiscal. Alterada e complementada essa minuta à satisfação dos Srs. Conselheiros, estes decidiram aprovar, por unanimidade, o Relatório de Conselho Fiscal Relativo ao 1º Semestre de 2.021 que, devidamente formalizado e assinado pelos Srs. Conselheiros, faz parte integrante desta ata. Finda a apreciação da Ordem do Dia, a Sra. Presidente franqueou a palavra aos presentes. Como nada mais tínhamos a tratar, determinou a Sra. Presidente que fosse lavrada esta ata, a qual, lida e achada conforme, foi assinada pelos Srs. Conselheiros e Secretária da Mesa. Barueri, 1 de dezembro de 2.021.



Marisa Bittencourt de Marques
Conselheira Fiscal e
Presidente da Mesa



Katyere Peres
Conselheira Fiscal e
Secretária da Mesa



Fernanda Gonçalves Garcia
Conselheira Fiscal

Relatório do Conselho Fiscal

Ilmo. Sr.

Roberto Hun

Presidente do Conselho Deliberativo da RUMOS

Relatório de Conselho Fiscal relativo ao 1º Semestre de 2021

Prezado Senhor.

1. Introdução:

O Conselho Fiscal da Sociedade Previdenciária RUMOS ("RUMOS"), representado por seus membros infra-assinados, em cumprimento às determinações contidas no artigo 19 da Resolução nº CGPC 13, de 01 de outubro de 2004, vem apresentar a V. Sa. o relatório de controle interno referente ao 2º semestre de 2020, para conhecimento e providências desse Conselho Deliberativo.

Com o objetivo de se adequar às determinações e Resolução nº CGPC 13/2004, a RUMOS implantou um sistema de gestão de riscos e controles, sendo a ferramenta e a metodologia empregada adquiridas da empresa de consultoria Junqueira de Carvalho e Murgel Consultores Associados ("JCM"). O mencionado sistema tem como finalidade principal identificar, classificar, medir, controlar e monitorar os riscos da entidade, bem como servir de ferramenta para fundamentar as conclusões dos relatórios de controles internos a serem emitidos pelo Conselho Fiscal, conforme estabelece o artigo 19 da citada norma.

Para facilitar o entendimento desse colegiado a respeito do sistema de gestão de riscos e controles, é apresentado, a seguir um resumo de suas principais características:

* Os riscos são alocados pela sua natureza em 20 (VINTE) matrizes de riscos e controles, distribuídas em 4 grandes processos da entidade, quais sejam: ARRECADAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, INVESTIMENTOS e BENEFÍCIOS, conforme a seguir demonstrado.

Cód.	Macro Processos: ARRECADAÇÃO
Cód.	Processo: Plano DUPREV BD
1.1	Dados Cadastrais
1.3	Contribuições Previdenciárias
1.5	Aprovisionamentos
Cód.	Processo: Plano CD RUMOS
1.2	Dados Cadastrais
1.4	Contribuições Previdenciárias
1.6	Aprovisionamentos
Cód.	Processo: Entidade
1.7	Aprovisionamentos
Cód.	Macro Processos: ADMINISTRAÇÃO
Cód.	Processo: Plano DUPREV BD
	Não existem matrizes para esse Processo
Cód.	Processo: Plano CD RUMOS
	Não existem matrizes para esse Processo
Cód.	Processo: Entidade
2.1	Apropriação alocação custos
2.2	Comunicação
2.3	Jurídico

2.4	Programação financeira
2.5	Recursos humanos e materiais
2.6	TI
Cód.	Macro Processos: INVESTIMENTOS
Cód.	Processo: Plano DUPREV BD
3.1	Administração de Carteiras
3.4	Op. Empréstimos a Participantes
Cód.	Processo: Plano CD Rumos
3.2	Administração de Carteiras
Cód.	Processo: Entidade
3.3	Obrigações Acessórias
Cód.	Macro Processos: BENEFÍCIOS
Cód.	Processo: Plano DUPREV BD
4.1	Benefícios Previdenciários
Cód.	Processo: Plano CD Rumos
4.2	Benefícios Previdenciários
Cód.	Processo: Entidade
4.3	Benefícios Previdenciários

* Para cada uma das matrizes citadas são identificados os riscos e definidos os controles preventivos, por riscos, com a finalidade de mitigá-los. Os riscos são, também, classificados de acordo com as seguintes categorias:

governança/estratégico, atuarial, contraparte/crédito, mercado, liquidez, operacional, imagem, legal e sistêmico.

* Os riscos são medidos com relação aos graus de impacto no patrimônio da Rumos Previdência, e quanto ao grau de probabilidade de incidência (diária, semanal, bimestral, etc.). O produto das notas de impacto e probabilidade de incidência representa o RISCO INERENTE;

* Os controles associados a cada risco também são medidos quanto a sua eficácia, por meio de questionários de avaliação, recebendo notas que variam de 1 a 6, conforme o nível de eficácia;

* Os riscos resultantes com notas entre 1 e 6 são classificados como SATISFATÓRIOS, estando as operações dentro de uma margem aceitável de risco;

* Os riscos resultantes com nota acima de 6 e menor que 18 são considerados MEDIANOS, requerendo aprimoramentos dos controles, com exame da relação custo/benefício;

* Os riscos resultantes com notas a partir de 18 são considerados COMPROMETIDOS, devendo a entidade rever todo o processo;

* As medições dos riscos e dos controles devem ser realizadas em períodos nunca superiores a 6 meses, de forma a possibilitar a emissão dos relatórios do Conselho Fiscal

2. Constatações e conclusões:

2.1 - Controles internos

A Rumos Previdência selecionou 114 riscos para controlar, medir e monitorar. As medições destes riscos, bem como da eficácia dos seus respectivos controles, referentes ao 1º semestre de 2021, efetuadas pelos gestores internos da entidade, apresentaram os seguintes resultados:

Cód.	Macro Processo	Satisfatório	Mediano	Comprometido	Não Avaliado	Subtotal
1	ARRECADANÇA	31	1	0	0	32
2	ADMINISTRAÇÃO	34	0	0	0	34
3	INVESTIMENTOS	33	0	0	0	33
4	BENEFÍCIOS	15	0	0	0	15
	Totais	113	1	0	0	114

O Conselho Fiscal realizou testes daqueles controles inerentes aos processos com Grau de Impacto (GI) e Grau de Probabilidade de Incidência (GPI) altos, sem considerar o Risco Resultante após implementação dos controles internos. Os detalhes dos testes estão em anexo a esse relatório.

Apesar de alguns pontos de melhoria apresentados nos testes, que estão no item 3 deste relatório, o Conselho Fiscal verificou que os controles apresentados pela Rumos são robustos o suficiente para mitigar os riscos citados.

2.2 - Da Aderência

2.2.1 - Quanto à gestão de recursos garantidores dos planos de benefícios à política de investimentos

O resultado da medição dos riscos resultantes referente ao 1º semestre de 2021 aponta que, dos 114 riscos medidos desta avaliação, 17 afetam a gestão de recursos garantidores dos planos de benefícios à política de Investimentos, dos quais 0 (0%) foi(foram) classificado(s) como mediano(s) e 0 (0%) como comprometido(s).

Os riscos MEDIANOS associados a este item estão listados abaixo.

Cód.	Risco	Tipo
-	Não existem riscos associados a este item	-

Os riscos COMPROMETIDOS associados a este item estão listados abaixo.

Cód.	Risco	Tipo
-	Não existem riscos associados a este item	-

Analisando os relatórios apresentados pela Diretoria Executiva, o Conselho Fiscal verificou que não há plano de ação a ser tomado pela Rumos, visto que todos os limites legais e da política de investimentos estão sendo cumpridos.

2.2.2 - Quanto às premissas e hipóteses atuariais ao plano de custeio

O resultado da medição dos riscos resultantes referente ao 1º semestre de 2021 aponta que dos 114 riscos medidos desta avaliação, 0 afetam as premissas e hipóteses atuariais, dos quais 0 (0%) foi(foram) classificado(s) como mediano(s) e 0 (0%) como comprometido(s).

Os riscos MEDIANOS associados a esse item estão listados abaixo.

Cód.	Risco	Tipo
-	Não existem riscos associados a este item	-

Os riscos COMPROMETIDOS associados a esse item estão listados abaixo.

Cód.	Risco	Tipo
-	Não existem riscos associados a este item	-

Dessa forma, e considerando a Proposta de Premissas e Hipóteses Atuariais do Plano DUPREV BD para o encerramento do exercício de 2021, preparado pelo atuário dos planos de benefícios, e apresentado pela Diretoria Executiva, o Conselho Fiscal verificou que a proposta está adequada às características da população de participantes dos planos de benefícios por ela administrados.

2.2.3 - Quanto à Execução Orçamentária

O resultado da medição dos riscos resultantes referente ao 1º semestre de 2021 aponta que dos 114 riscos medidos desta avaliação, 5 afetam a Execução Orçamentária, dos quais 0 (0%) foi(foram) classificado(s) como mediano(s) e 0 (0%) como comprometido(s).

Os riscos MEDIANOS associados a este item estão listados abaixo.

Cód.	Risco	Tipo
-	Não existem riscos associados a este item	-

Os riscos COMPROMETIDOS associados a este item estão listados abaixo.

Cód	Risco	Tipo
-	Não existem riscos associados a este item	-

Após a avaliação dos exames e das notas de execução orçamentária preparadas pela Diretoria Executiva, o Conselho Fiscal verificou que as variações apresentadas entre os valores orçados e os realizados pela RUMOS foram devidamente justificadas e não representam ameaça ao equilíbrio dos planos.

Apenas destacamos que ainda está pendente a elaboração da Política Orçamentaria, tal como recomendado pelo Conselho Fiscal em 2020. Fomos

informados pela Diretoria Executiva da RUMOS que este trabalho deve ser concluído durante o primeiro trimestre de 2022.

2.3 - Da Habilitação, Certificação e Capacitação (Resolução CNPC nº 39/2021)

Cód.	Risco	Tipo
-	Não existem riscos associados a este item	-

Em atendimento ao artigo 8º da Resolução CNPC nº 39, de 30/03/2021, o Conselho Fiscal verificou que a RUMOS encontra-se em situação regular quanto à certificação, habilitação e qualificação de seus dirigentes.

3 - Recomendações:

3.1 - Melhorias dos controles existentes

O Conselho Fiscal recomenda que sejam tomadas as providências necessárias à melhoria dos controles internos, listados abaixo.

Obs: Os controles listados são aqueles com notas maiores que 1 um e menores que 3, associados a riscos medianos e comprometidos.

Cód.	Controles da matriz 'Dados Cadastrais' do macro processo 'ARRECADAÇÃO'	Nota
1.2.1.5	Verificação semestral por amostragem da integridade e acurácia da base de dados cadastrais dos ATIVOS.	3

Além desse ponto, como resultado dos testes de controles realizados pelo Conselho Fiscal e sabendo que muitos dos processos mudarão com a troca de prestador de serviço (da Sinqia para JCM) e, conseqüentemente, os controles serão revistos para se adequar à nova realidade, o Conselho Fiscal recomenda que:

- Os seguintes pontos de melhoria, explicado em maiores detalhes no relatório de controles internos, anexo a esse relatório:
 - **Controle 1.2.4.3: Adesão dos colaboradores das Patrocinadoras ao Plano efetuadas exclusivamente por via do sistema e-Flex:** Dupla checagem do cargo do funcionário para verificar a elegibilidade do novo participante do plano.
 - **Controle 1.2.4.4: Verificação semestral por amostragem dos termos das adesões efetuadas exclusivamente por via do sistema E-flex:** Verificar se os dados e escolhas do novo participante foram cadastradas corretamente no sistema previdenciário, e não só verificar se o participante foi cadastrado.
 - **Controle 1.2.1.5: Verificação semestral por amostragem da integridade e acurácia da base de dados cadastrais dos ativos:** Acrescentar a dupla checagem do % de Contribuição entre o arquivo da Patrocinadora e a Mala Direta, advinda do sistema previdenciário.
 - **Controle 1.1.3.9 e 1.2.3.9: Comparação do cadastro de Pessoas Politicamente Expostas (PPE) da Rumos com relação fornecida pelo Banco Itaú S/A:** Realizar uma segunda checagem dos PPEs utilizando uma lista de um terceiro, como a disponibilizada pelo Portal da Transparência.
- A Rumos, no mapeamento dos novos processos, formalize-os em manuais, indo ao encontro das boas práticas citadas no Guia Previc:

"A implementação de uma efetiva política de gestão nos fundos de pensão deve levar em conta aspectos como a institucionalização e a documentação do processo. Manuais e regras, discutidos internamente por todos os envolvidos nos processos e posteriormente aprovados, agregam segurança à gestão, permitindo que as rotinas e as atividades sejam executadas não apenas por seu responsável direto, facilitando a verificação e a auditoria. Esse procedimento contribui de forma significativa para a redução dos riscos, principalmente, os operacionais. Esses documentos devem ser implantados imediatamente após a aprovação pelas instâncias competentes e revistos periodicamente. Faz parte do processo de implantação dos manuais a ampla divulgação dos documentos para todos os empregados da entidade e os terceiros contratados, na parte que os afetam, de modo que eles possam compreender as políticas e os procedimentos relativos às suas atividades e responsabilidades."
- Em caráter excepcional, a próxima avaliação de Riscos e Controles Internos da Entidade seja realizada por um terceiro. Sabe-se que a administração da

Rumos tem um grande desafio na implementação da troca do prestador de serviços, e um terceiro especializado em riscos poderá apoiar a administração não só no mapeamento dos novos processos, mas na formalização de manuais e fluxogramas de identificação dos novos riscos e controles.

Barueri, 30 de novembro de 2021.



Marisa Bittencourt de Marques

Presidente do Conselho Fiscal



Katyere Peres

Conselheira Fiscal



Fernanda Gonçalves Garcia

Conselheira Fiscal



Inside Pensions

Rumos: Relatório dos Controles

Testes dos Controles

1. Introdução

Os controles internos visam proteger a Entidade contra os riscos inerentes às suas atividades, como os de investimentos, financeiros, operacionais, legais, estratégicos etc.

Uma boa prática de mercado é, além de ter bem mapeados os processos, riscos e controles mitigatórios, testar os controles periodicamente para verificar sua eficiência.

Para a realização dos testes, foi definido o macroprocesso alvo da avaliação e, conseqüentemente, a **criação da matriz de planejamento, identificando as atividades, fontes de informação, procedimento, responsável, período e possíveis deficiências**.

No caso de identificação de deficiências, serão apontadas as possíveis causas assim como sugestões de boas práticas para implementar, ou melhorar a eficiência dos controles envolvidos.

RISCOS MAPEADOS

Para a avaliação dos Controles, foram considerados apenas aqueles processos com **Grau de Impacto (GI) e Grau de Probabilidade de Incidência (GPI) altos**, sem considerar o Risco Resultante após implementação dos controles internos. As informações foram retiradas do relatório de Ago/21 do Conselho Fiscal enviado pela Diretoria Executiva da Rumos:

1.1.3 Danos por deixar de identificar dentre os participantes, beneficiários e assistidos aqueles considerados como pessoas politicamente expostas (PPEs), bem como não identificar a origem dos recursos das operações com eles realizadas

1.2.1 Danos ou contingências provocadas por inadequada alimentação, atualização /ou manutenção do cadastro.

1.2.2 Ausência de registro de participante, assistido e/ou beneficiário (Tempestividade e adequação do registro).

1.2.3 Danos por deixar de identificar dentre os participantes, beneficiários e assistidos aqueles considerados como pessoas politicamente expostas, bem como não identificar a origem dos recursos das operações com eles realizadas.

1.2.4 Danos causados por adesão de participante em desacordo com o regulamento do plano.

Os riscos envolvidos pertencem ao macroprocesso de Arrecadação da Rumos, conforme relatório de Jun/21:

Macro Processos	Processos (Planos)	Cod. Risco BD / Entidade	Cod. Risco CD	Descrição Risco	Instrução Grau de Impacto	Instrução Grau Probab. de Incidência	Justificativa
ARRECADACÃO	Plano DUPREV BD Plano CD RUMOS	1.1.1	1.2.1	Danos ou contingências provocadas por inadequada alimentação, atualização e manutenção do cadastro.	Média mensal do movimento de constituição de provisões matemáticas nos últimos 12 meses (base dez ano anterior).	Frequência com que o cadastro é movimentado.	A média mensal de constituição de provisões e a frequência com que o cadastro é movimentado podem diferir significativamente entre os planos.
ARRECADACÃO	Plano DUPREV BD Plano CD RUMOS	1.1.2	1.2.2	Ausência de registro de participante, assistido e/ou beneficiário (Tempestividade e adequação do registro).	Média mensal do movimento de constituição de provisões matemáticas nos últimos 12 meses (base dez ano anterior).	Frequência com que o cadastro é movimentado.	A média mensal de constituição de provisões e a frequência com que o cadastro é movimentado podem diferir significativamente entre os planos.
ARRECADACÃO	Plano DUPREV BD Plano CD RUMOS	1.1.3	1.2.3	Danos por deixar de identificar dentre os participantes, beneficiários e assistidos aqueles considerados como pessoas politicamente expostas, bem como não identificar a origem dos recursos das operações com eles realizadas.	Recomenda-se avaliar o grau de impacto deste risco como A (Alto), devido à possibilidade de multa por valor expressivo e de dano à imagem da entidade.	Frequência com que o cadastro é movimentado.	A frequência com que o cadastro é movimentado pode diferir significativamente entre os planos.
ARRECADACÃO	Plano CD RUMOS		1.2.4	Danos causados por adesão de participante em desacordo com o regulamento do plano.	Média mensal do movimento de constituições de provisões matemáticas nos últimos 12 meses.	Frequência com que o cadastro é movimentado.	Somente o Plano CD RUMOS admite adesão de novos participantes. O Plano DUPREV BD encontra-se em extinção, devidamente aprovada pelas autoridades, não admitindo novos participantes desde janeiro de 2003.

Os controles existentes para esses riscos, que serão base de testes, são:

Código	Descrição do Risco	Tipo	GI	GPI	RI	RR
1.1.3	Danos por deixar de identificar dentre os participantes, beneficiários e assistidos aqueles considerados como pessoas politicamente expostas, bem como não identificar a origem dos recursos das operações com eles realizadas.	Operacional	6,00	6,00	36,00	6,00
Código	Nome do Controle			Peso	Nota	EC
8	Clausula contratual com o prestador de serviço terceirizado de administração dos planos estabelecendo a obrigatoriedade de identificar e informar dentro do prazo legal quaisquer transações de pessoas politicamente expostas.			3,00	6,00	6,00
Código	Nome do Controle			Peso	Nota	EC
9	Comparação do cadastro de Pessoas Politicamente Expostas (PPE) da Rumos com relação fornecida pelo Banco Itaú S/A.			3,00	6,00	6,00
Código	Descrição do Risco	Tipo	GI	GPI	RI	RR
1.2.1	Danos ou contingências provocadas por inadequada alimentação, atualização e manutenção do cadastro.	Operacional	6,00	6,00	36,00	6,35
Código	Nome do Controle			Peso	Nota	EC
4	Cláusula contratual com prestador de serviço terceirizado estabelecendo a responsabilidade deste pela integridade e acurácia dos dados do cadastro de participantes da RUMOS.			1,00	6,00	5,67
Código	Nome do Controle			Peso	Nota	EC
5	Verificação semestral por amostragem da integridade e acurácia da base de dados cadastrais dos ATIVOS.			1,00	3,00	5,67
Código	Nome do Controle			Peso	Nota	EC
6	Envio mensal do arquivo de movimento da folha de pagamento da patrocinadora ao prestador de serviço terceirizado para apontamento de alterações nos dados cadastrais de participantes ativos.			3,00	6,00	5,67
Código	Nome do Controle			Peso	Nota	EC
7	Disponibiliza anualmente aos participantes assistidos, autopatrocinados e com Benefício Proporcional Diferido (BPD) a Campanha de Recadastramento e Prova de Vida.			3,00	6,00	5,67
Código	Nome do Controle			Peso	Nota	EC
8	Verificação anual por amostragem da integridade e acurácia da base de dados cadastrais dos INATIVOS			1,00	6,00	5,67
Código	Descrição do Risco	Tipo	GI	GPI	RI	RR
1.2.2	Ausência de registro de participante, assistido e/ou beneficiário (Tempestividade e adequação do registro).	Operacional	6,00	6,00	36,00	6,00
Código	Nome do Controle			Peso	Nota	EC
1	Cadastro centralizado na Entidade, contemplando dados de todos os empregados da(s) patrocinadora(s), participantes ou não, assistidos e autofinanciados.			1,00	6,00	6,00
Código	Nome do Controle			Peso	Nota	EC
2	Atribuição à todos os participantes de um número de matrícula único coincidente com o atribuído pelas patrocinadoras.			1,00	6,00	6,00
Código	Nome do Controle			Peso	Nota	EC
3	Crítica no processamento mensal do cadastro de participantes alertando para ausências em relação à posição anterior.			1,00	6,00	6,00
Código	Descrição do Risco	Tipo	GI	GPI	RI	RR
1.2.3	Danos por deixar de identificar dentre os participantes, beneficiários e assistidos aqueles considerados como pessoas politicamente expostas, bem como não identificar a origem dos recursos das operações com eles realizadas.	Operacional	6,00	6,00	36,00	6,00
Código	Nome do Controle			Peso	Nota	EC
8	Clausula contratual com o prestador de serviço terceirizado de administração dos planos estabelecendo a obrigatoriedade de identificar e informar dentro do prazo legal quaisquer transações de pessoas politicamente expostas.			3,00	6,00	6,00
Código	Nome do Controle			Peso	Nota	EC
9	Comparação do cadastro de Pessoas Politicamente Expostas (PPE) da Rumos com relação fornecida pelo Banco Itaú S/A.			3,00	6,00	6,00

Código	Descrição do Risco	Tipo	GI	GPI	RI	RR
1.2.4	Danos causados por adesão de participante em desacordo com o regulamento do plano.	Legal	6,00	6,00	36,00	6,00
Código	Nome do Controle		Peso	Nota	EC	
3	Adesão dos colaboradores das Patrocinadoras ao plano efetuadas exclusivamente por via do sistema Eflex.		3,00	6,00	6,00	
Código	Nome do Controle		Peso	Nota	EC	
4	Verificação semestral por amostragem dos termos das adesões efetuadas exclusivamente por via do sistema e-flex.		2,00	6,00	6,00	
Código	Nome do Controle		Peso	Nota	EC	
5	Cláusula contratual com prestador de serviço terceirizado, estabelecendo a responsabilidade deste pela elegibilidade, integridade e acurácia dos dados de inscrições de novos participantes da RUMOS.		1,00	6,00	6,00	

ANÁLISE DOS CONTROLES

A Rumos forneceu os documentos de análise e comentários referentes aos controles solicitados. Além disso, o apoio da Valéria Rocha foi essencial para a realização desse trabalho, participando de conversas e respondendo prontamente as dúvidas levantadas.

Os pontos de melhoria apontados nesse relatório são mirando exclusivamente a melhora dos controles estabelecidos, **sem considerar os seus custos-benefícios, muito menos o apetite à risco da Entidade.**

Para uma melhor organização desse relatório, os controles foram separados em três classificações: **Adesão ao Plano**, **Dados Cadastrais** e **PPE– Pessoa Politicamente Exposta**.

1. Adesão ao Plano

São três controles que estão atrelados ao Risco **1.2.4 Danos causados por adesão de participante em desacordo com o regulamento do plano**:

- **1.2.4.3** : Adesão dos colaboradores das Patrocinadoras ao Plano efetuadas exclusivamente por via do sistema e-Flex

Responsável: Patrícia, mas sem rotina específica

Descrição: O processo de adesão dos empregados da patrocinadora aos planos é padronizado e ocorre exclusivamente pelo sistema e-Flex. No momento da sua admissão ou opção pela participação no plano, o empregado acessa o sistema e-Flex e cadastra suas escolhas. O acesso ao sistema e-Flex e a opção pela adesão ao plano é limitado aos empregados das patrocinadoras elegíveis à participação no plano de benefícios. Novas adesões ao plano são atualizadas no cadastro de participantes da entidade via "Arquivo de Movimento" mensal gerado pelo e-Flex.

A adesão é realizada 100% eletronicamente há mais de 10 anos e, nesse período, houve apenas um caso que chamou a atenção da Entidade no 1º semestre de 2020, descrito pela própria administração:

- 1. Participante acessou a página de adesão do sistema e fez suas escolhas, mas não clicou em finalizar.*
- 2. Desta forma, as escolhas ficaram salvas, mas a adesão não foi efetivada. Até aqui ok, era o fluxo esperado.*
- 3. No entanto, por uma falha sistêmica, uma funcionalidade, que não é aplicável ao desenho do benefício de previdência privada, foi acionada e o sistema processou as escolhas que o participante fez, ou seja, a eleição foi finalizada pelo sistema e não pelo participante.*
- 4. Apesar da eleição ter sido efetuada por via do sistema E-flex, não seguiu o fluxo correto e, conseqüentemente, não gerou a documentação adequada. Não houve outros impactos.*

Comentários: Apesar do caso citado de um erro sistêmico¹, todo o processo demonstra ser bem robusto para as necessidades da Entidade.

Um ponto de atenção do processo é um possível erro na parametrização do sistema na checagem da elegibilidade ao plano dos funcionários das patrocinadoras. A parametrização foi validada no momento da homologação do sistema. Atualmente, quem realiza a parametrização é a própria Patrocinadora e, anualmente, a auditoria externa realiza testes por amostragem para confirmar a elegibilidade dos Participantes, consultando a tela do Participante no sistema de folha da patrocinadora.

Outro problema é a patrocinadora cadastrar um código de funcionário errado na folha (estagiário como efetivo por exemplo), mas esse processo só pode ser controlado pela própria patrocinadora, fugindo das alçadas da Entidade.

Pontos de Melhoria: O maior risco do processo é a adesão ao plano de um funcionário que não é elegível, como um estagiário. Enxergamos que para esse risco, apesar de ser de um processo cujo controle é realizado pela Patrocinadora (parametrização do sistema), e verificado por amostragem pela auditoria

¹ Segundo a administração, o provedor não conseguiu identificar o que causou a falha no sistema, mas informaram que iram melhorar alguns processos internos de rastreabilidade. Da parte da administração, foi definida uma rotina para baixar os termos de todas as adesões do mês e confrontar com o sistema.

externa, a Entidade pode **inserir no controle semestral (cód 1.2.4.4) a dupla checagem da informação**, uma vez que é fornecido o cargo do funcionário (ou alguma outra informação) que validasse se ele é elegível ou não ao plano. Desse jeito só seria validado a parametrização da informação do sistema, mas não controlaria um erro de cadastro de cargo errado pela patrocinadora. **Vale ressaltar que esse ponto de melhoria está muito longe de ser crítico para a Entidade e esta deve analisar o seu custo-benefício.**

- **1.2.4.4** : Verificação semestral por amostragem dos termos das adesões efetuadas exclusivamente por via do sistema E-flex.

Responsável: Patrícia, mas sem rotina específica

Descrição: É realizado um batimento das adesões ao Plano com os Termos de Adesão dos Participantes.

Comentários: O controle checa apenas se a adesão foi feita, mas não valida as informações contidas no Termo de Adesão. Após questionamento sobre a checagem dos dados, foi informado que a responsável pelo controle começou a fazer a validação das informações, que deve entrar no relatório desse semestre.

Um ponto do processo de adesão é que o participante pode finalizar a adesão sem escolher o regime tributário, podendo optar até o mês seguinte (prazo legal). Essa escolha dentro do prazo legal é manual, sendo que a administração da Entidade tem que abrir a opção de escolha no sistema para ter a mudança pelo participante. Vale ressaltar que, apesar do prazo legal existir para aquele participante que não escolheu o regime tributário no momento da adesão, nunca houve um caso de escolha após o momento de adesão.

Pontos de Melhoria: Como todo o processo de adesão passa por mais de um sistema (desde a adesão no E-Flex até sua efetivação no sistema de Previdência), é importante que além da checagem da adesão em si, **seja verificado se as opções escolhidas pelo Participante foram efetivadas de fato no sistema final controle que foi informado ter sido iniciado pela administração nesse semestre.** No termo de adesão, todas as informações são fornecidas, sendo as mais importantes o % de Contribuição, o Regime Tributário e o Perfil de Investimento, visto que essas informações têm impactos financeiros na reserva do Participante e no seu futuro benefício. Fazer essa checagem manualmente com um PDF não seria a melhor opção, mas sim uma planilha com as informações vindas diretamente do E-Flex. Sendo planilhada, a checagem pode ser automatizada confrontando com a Mala Direta (*output* do sistema previdenciário).

1.2.4.5 : Cláusula contratual com o prestador terceirizado estabelecendo a responsabilidade pela elegibilidade, integridade e acurácia dos dados de inscrições de novos participantes da Rumos.

Responsável: Sob Demanda da Gerência/Diretoria

Descrição: Formalização de SLA e demais cláusulas contratuais.

-

Comentários: Para elaboração dos termos específicos de sistema, a Rumos conta com o apoio da DISI, consultoria de TI. Para o contrato em si, a revisão passa pela JCM.

Pontos de Melhoria: Não há.

2. Dados Cadastrais

São cinco controles que estão atrelados ao Risco **1.2.1 Danos ou contingências provocadas por inadequada alimentação, atualização /ou manutenção do cadastro:**

- **1.2.1.4 :** Cláusula contratual com os prestadores de serviços terceirizados de administração dos planos estabelecendo a responsabilidade deste pela integridade e acurácia dos dados do cadastro de participantes da Rumos

Responsável: Sob Demanda da Gerência/Diretoria

Descrição: Formalização de SLA e demais cláusulas contratuais.

Comentários: Para elaboração dos termos específicos de sistema, a Rumos conta com o apoio da DISI, consultoria de TI. Para o contrato em si, a revisão passa pela JCM.

Nos últimos anos houve o caso da Axalta que foi amplamente discutido na Diretoria e Conselhos, e está sendo bem acompanhando por todos os órgãos responsáveis da Entidade.

Pontos de Melhoria: Apesar do evento que aconteceu, não há ponto de melhoria nos controles existentes.

1.2.1.5 : Verificação semestral por amostragem da integridade e acurácia da base de dados cadastrais dos ativos

Responsável: Renata. Quando não disponível, delega para alguém da equipe, no qual, todos sabem da rotina. Os processos estão manualizados com o passo a passo.

Descrição: Esse controle verifica se há problema de atualização de dados no fluxo de informação mensal entre as Patrocinadoras e a Sinqia, servindo como um *double check* do controle 1.2.1.6.

Semestralmente, a Administração realiza uma conferência no arquivo Mala Direta (cuja fonte é a Sinqia) e do arquivo das Patrocinadoras para verificar inconsistências. Atualmente, o controle está sendo realizado em relação à base total e não mais por amostragem.

A Sinqia deve sobrepor mensalmente todos os dados que recebe da Patrocinadora, mas como pode haver problemas de formatação de campos (por exemplo, CEP com mais de 6 dígitos), nem todas as informações são atualizadas automaticamente. Há informações bem mais críticas à previdência como Perfil de Investimento, Regime Tributário etc., nesses casos, a Sinqia também não atualiza e devolve um relatório com as críticas apontadas. Toda essa análise é feita mensalmente e está descrita no controle seguinte (1.2.1.6).

Há uma conferência desse arquivo com a Mala Direta advinda do sistema previdenciário, com informações financeiras e dos dados cadastrais, porém sem o % de Contribuição.

Segundo a Entidade, na avaliação do 2º semestre de 2019, o analista responsável pela atividade respondeu falso positivo para este controle, não por intenção de ludibriar a resposta, mas sendo ineficiente.

Após o ocorrido, a avaliação do 2º semestre de 2019 foi refeita e foram identificadas divergências entre as informações enviadas no arquivo da Patrocinadora (entrada) e as informações registradas no sistema da Entidade (saída - mala direta).

A conferência começou a ser realizada em toda a base, não apenas por amostragem. A partir disso, foi verificado que o atual fornecedor, a Sinqia, era responsável pela maior parte destas divergências - não estavam atualizando toda a base enviada. Faltou atualizar 3% do total de informações enviadas no arquivo de movimento. Havia dois ou três casos inerentes ao regulamento do plano.

Devido aos problemas de atualização, a Entidade contratou um sistema da Prevue para validar os campos.

Há um relatório de inconsistência das informações e a Rumos analisa caso a caso todos que aparecem como inconsistente. Nesse controle não há checagem do % de Contribuição.

Comentários: Como há migração de dados de um sistema (patrocinadora) para outro (previdenciário), é importante que haja uma conferência se os valores estão sendo atualizados corretamente, visto que houve ocorrência de eventos no passado, ou por falha operacional, ou sistêmico.

A solução de contratar um terceiro (Prevue) para fazer essa análise foi uma boa alternativa. Analisando os relatórios de críticas, verificou-se que há muito apontamento de erros que são ou de formatação de campo, ou de pontuação ou mesmo de espaçamento entre palavras. Como a maioria das informações do sistema previdenciário deve ser um espelho do sistema da patrocinadora, não deveria ter esses apontamentos, mesmo que não sejam erros de fato. No caso de erro de *label* (como campo numérico com letras, ou campos que têm um tamanho específico como CPF e CEP), os apontamentos eram feitos em relatório de crítica mensal da Sinqia.

No relatório de crítica da Prevue, para junho de 2021, foram apontados 731 casos de inconsistências, de formatação ou não, conforme tabela abaixo:

Rótulos de Linha	Contagem de Inconsistências	Sem erro	Com erro	Observação Sem erro
CMM Agência != CMM Agência (base anterior)	13	13	0	formatação campo / desligados não atualiza / recebimento de benefício / não participante do plano
CMM Bairro != CMM Bairro (base anterior)	10	10	0	desligados não atualiza / diferença de espaço
CMM Banco != CMM Banco (base anterior)	10	10	0	desligados não atualiza / participantes IV (antigos)
CMM Centro de Custo != CMM Centro de Custo (base anterior)	7	4	3	formatação campo
CMM CEP != CMM CEP (base anterior)	6	6	0	desligados não atualiza / não participante do plano
CMM Cidade != CMM Cidade (base anterior)	7	5	2	desligados não atualiza / formatação campo
CMM Conta != CMM Conta (base anterior)	27	27	0	desligados não atualiza / formatação campo
CMM Data de Adesão != CMM Data de Adesão (base anterior)	11	11	0	desligados não atualiza / não participante do plano / adesão anterior cadastrada
CMM Data de Admissão != CMM Data de Admissão (base anterior)	657	4	653	transferência de patrocinadora
CMM Data de Afastamento != CMM Data de Afastamento (base anterior)	124	124	0	data de afastamento informada para participante na situação AT, AC e EX
CMM Data de Desligamento != CMM Data de Desligamento (base anterior)	29	29	0	data de desligamento lançada posterior ao arquivo mov.
CMM Data Expedição != CMM Data Expedição (base anterior)	9	0	9	
CMM Data Nasç. Conjuge != CMM Data Nasç. Conjuge (base anterior)	18	18	0	desligados não atualiza
CMM Data Opção IR != CMM Data Opção IR (base anterior)	9	9	0	desligados não atualiza / não participante do plano
CMM DV != CMM DV (base anterior)	377	377	0	desligado não atualiza / considerado o calculado na crítica de cadastro
CMM E-mail != CMM E-mail (base anterior)	22	20	2	desligados não atualiza / não participante do plano
CMM Endereço != CMM Endereço (base anterior)	13	12	1	desligados não atualiza / formatação campo
CMM Estado != CMM Estado (base anterior)	2	2	0	desligados não atualiza
CMM Estado Civil != CMM Estado Civil (base anterior)	4	4	0	não existe tradução para estado civil informado: igual a Zero ou campo em branco
CMM Identidade != CMM Identidade (base anterior)	5	5	0	formatação campo
CMM Local != CMM Local (base anterior)	544	544	0	em análise de parametrização
CMM Nome da Mãe != CMM Nome da Mãe (base anterior)	4	4	0	formatação campo
CMM Nome do Conjuge != CMM Nome do Conjuge (base anterior)	16	16	0	desligados não atualiza
CMM Nome do Pai != CMM Nome do Pai (base anterior)	5	5	0	formatação campo
CMM Ocupação != CMM Ocupação (base anterior)	3	2	1	desligados não atualiza / formatação campo
CMM Opção IR != CMM Opção IR (base anterior)	11	11	0	desligados não atualiza / não participante do plano / aplicado default
CMM Órgão Expedidor != CMM Órgão Expedidor (base anterior)	12	3	9	não participante do plano
CMM Perfil Investimento != CMM Perfil Investimento (base anterior)	9	9	0	desligados não atualiza / não participante do plano
CMM Telefone != CMM Telefone (base anterior)	39	39	0	em análise de parametrização
CMM Telefone Celular != CMM Telefone Celular (base anterior)	72	21	51	desligados não atualiza / formatação campo
CMM Telefone Comercial != CMM Telefone Comercial (base anterior)	485	485	0	em análise de parametrização
Registro inexistente na base atual.	1113	1113	0	participantes em situação BPD, Auto, em Benefício, etc
Registro não encontrado na base vigente.	5479	5479	0	não participante do plano
Total Geral	9152	8421	731	

Como há uma conferência “caso a caso” da administração da Entidade, achamos que esse número é bastante alto e deveria ter um melhor “pente fino” para não considerar os alertas de formatação de campo e/ou espaçamento.

Foi realizado, pela Inside Pensions, um batimento das informações disponibilizadas pela Patrocinadora com a Mala Direta da Rumos, no qual analisamos as informações cadastrais a seguir. Todos podem ser verificados no arquivo **Batimento de dados cadastrais.xlsx**

Nenhum Alerta foi encontrado para os campos **Nome, CPF, Data de Nascimento, UF, CEP, Matrícula, Data de Opção, Escolha de Perfil, nº de Identidade e Data da Identidade.**

Para os demais campos, foram encontradas os seguintes alertas e divergências:

	Inside Pensions		Prevue	
	Alerta	Divergência	Alerta	Divergência
Endereço	4	3	12	1
Bairro	1	0	10	0
Cidade	3	2	5	2
Telefone	3	3	39	39
Celular	4	3	72	21
Telefone Comercial	5	5	485	485
Data Adesão	1	1	11	11
Data Admissão	646	646	657	653
Regime Tributário	2	2	11	11
Órgão Expedidor Identidade	9	9	12	3
PPE	8	8		
E-mail Comercial	2	1	22	20
Banco	2	2	10	10
Agência	3	2	13	13
Conta Corrente	12	6	27	27

Vale reforçar que a diferença nos números de alertas e divergências entre a análise da Inside Pensions e da Prevue era esperado. No caso da Inside Pensions, foram desconsiderados os alertas de formatação e espaçamento a mais entre as palavras, já no analisado do relatório da Prevue, essas diferenças eram tratadas como Alertas. No caso da Inside Pensions, os alertas eram diferenças de textos, mas que não se caracterizam como erro, mas que deveriam ser atualizados na Sinqia de qualquer modo, como por exemplo um endereço que em um arquivo está como **Rua Marechal Deodoro** e no outro arquivo está como **Marechal Deodoro** apenas. Os Erros são os alertas que realmente apresentam divergência e que devem ser analisados mais a fundo.

Sobre as Divergências:

Regime Tributário

O único apontamento que seria crítico por causar impacto financeiro ao Participante são as duas divergências de Regime Tributário, porém não se trata de um erro, mas sim o prazo legal que o Participante tem de poder escolher o regime até o término do mês seguinte da sua escolha. No caso

da Sinqia, o *default* fica como Regime Progressivo, mas no Arquivo da Patrocinadora fica em branco. De qualquer forma, foi informado pela administração que há o acompanhamento desses casos para verificar o seu desfecho.

PPE

Percebe-se que todos os Participantes do arquivo da patrocinadora estão identificados como não sendo PPE. Possivelmente não há essa informação cadastrada na base da patrocinadora.

Data Admissão

Ao consultar a Administração, foi informado que todas as 646 divergências encontradas são casos de Participantes que foram transferidos entre Patrocinadoras e, quando isso acontece, possivelmente há a troca da informação no sistema da patrocinadora.

Demais Divergências

As demais divergências de cadastro podem ocorrer por causa de validação de *label* de campo da Sinqia. Foi informado pela Administração que todos os casos são analisados e avaliados junto ao prestador.

Pontos de Melhoria: Todo o processo de fluxo de informação envolve dois terceiros (patrocinadora e Sinqia), ficando a Rumos responsável pela coordenação do processo. Os erros que acontecem fogem da operação da própria Rumos.

Todos os controles apresentados, tanto o mensal 1.2.1.6, como este 1.2.1.5, parecem ser suficientes. Há eficiência para detecção de dados divergentes e, quando detectados, são apurados e acompanhados até o final para que seja ou corrigido ou justificado.

Um único ponto de melhoria é adicionar o % de Contribuição para a dupla checagem, visto que a informação já está presente no Arquivo da Patrocinadora, mas não está presente na Mala Direta. Foi informado que há outros controles para verificar sobre o % de Contribuição, mas adicionando essa checagem nesse controle, é mais fácil identificar um possível erro pontual assim como saber exatamente qual Participante estaria com problema.

- **1.2.1.6** : Envio mensal do arquivo de movimento da folha de pagamento da patrocinadora ao prestador de serviço terceirizado para apontamento de alterações cadastrais de participantes ativos

Responsável: Renata. Quando não disponível, delega para alguém da equipe, no qual, todos sabem da rotina. Os processos estão manualizados com o passo a passo além de formalizados através da inclusão de obrigações no sistema de riscos e controles.

Descrição: Esse controle é em relação ao fluxo oficial de informações entre a Entidade (via Patrocinadora) e o Fornecedor (Sinquia). A Patrocinadora envia a movimentação mensalmente para a Sinquia, que faz duas críticas distintas:

- Críticas Financeiras: A Sinquia analisa se o % de Contribuição multiplicado pelo salário (ambos informados no arquivo de movimentação) bate com o valor financeiro também informado no arquivo. Teoricamente, os valores deveriam bater, mas há diferenças apontadas pela Sinquia conforme verificado nos relatórios de críticas passados pela administração. Esse relatório é enviado à Patrocinadora para análise e, que devolve com a resposta final, corrigindo o que deveria para a Sinquia efetivar a movimentação mensal. O fluxo de troca de informações é totalmente digital, via SOC. Por causa do prazo de fechamento de mês, as inconsistências financeiras encontradas podem ser corrigidas no mês seguinte, sempre com incidência de multa para não prejudicar o Participante.
- Críticas Cadastrais: O mesmo fluxo é seguido para as informações cadastrais, porém o batimento de valores é feito com os dados já existentes na base da Sinquia. Se há mudanças de endereço, telefone etc., as informações são atualizadas na base de dados da Sinquia. A Sinquia analisa se a formatação (*label*) dos campos está no formato permitido e, não havendo problema, atualiza. Um exemplo de *label* incorreto é o CEP ter mais de 6 números.

Comentários: Esse processo é um dos mais importantes da Entidade e por essa razão que, apesar de todo o fluxo de informação ser entre a Patrocinadora e a Prestadora, a Administração acompanha de perto todo fluxo, interferindo quando necessário e apoiando ambos os lados para que não haja problemas maiores. É um ótimo exemplo de riscos advindos de terceiros e acompanhado de perto pela Entidade. Todas as críticas são tratadas tempestivamente.

Pontos de Melhoria: Como esse processo é entre terceiros (Patrocinadora e Fornecedor), todos os controles existentes já estão adequados para verificação

de inconsistências, que realmente acontecem. Todos os apontamentos são acompanhados pela Administração até a sua finalização. Uma dupla validação é realizada através do controle 1.2.1.5.

Um ponto de bastante atenção são as divergências apontadas pela Sinqia/Administração no arquivo da Patrocinadora, visto que há casos em que o valor financeiro de contribuição não bate com o valor do salário multiplicado pelo % de Contribuição. Esse erro tem origem no arquivo passado pela patrocinadora e pode acontecer por causa de alguma mudança de salário, fora do prazo, de um funcionário (promoção), onde o valor do salário é atualizado, mas o valor de contribuição não, sendo calculado em cima do salário anterior. Esses erros são identificados pela Sinqia e pela própria administração nos controles existentes, mas, como é um erro que gera impacto financeiro no plano, vale uma conversa com a própria patrocinadora para verificar os processos e controles existentes. Lembrando que esses erros geram multa pra própria patrocinadora, a onerando financeiramente conforme regulamento do plano.

-
- **1.2.1.7** : Disponibiliza anualmente aos participantes assistidos, autopatrocinados e com benefício proporcional diferido (BPD) a campanha de cadastramento e prova de vida

Responsável: Campanha: Patricia (comunicação, relacionamento com o participante). Dados e alterações: Renata. Os processos estão formalizados através da inclusão de obrigações no sistema de riscos e controles.

Descrição: A Prova de Vida foi realizada em 2020, via app (Prevtech). Há comunicação ampla ao Assistido para a realização da prova.

Comentário: As campanhas são anuais e foram evidenciadas pela Entidade.

Pontos de Melhoria: Atualmente, uma pequena parte do setor realiza o processo de cadastramento e prova de vida digitalmente, a Rumos está nesse pequeno grupo e todo o processo de lembrete ao participante se dá via campanhas de comunicação de fato. Não há nada a acrescentar.

-
- **1.2.1.8** : Verificação anual por amostragem da integridade e acurácia da base de dados cadastrais dos Inativos

Responsável: Renata. Quando não disponível, delega para alguém da equipe, no qual, todos sabem da rotina. Os processos estão formalizados através da inclusão de obrigações no sistema de riscos e controles.

Descrição: Anualmente, os inativos fazem a prova de vida. Nesta prova, há a provocação para que eles atualizem seus cadastros se necessário. O participante acessa o APP, desenvolvido pela Prevtec, confere seus dados cadastrais e, havendo alteração, o próprio participante solicita a alteração para o e-mail de atendimento. A atualização não é efetivada automaticamente na base de dados da Entidade (Sinqia), cabendo a Administração executar a atualização na Sinqia. O controle serve para verificar se os dados enviados à Sinqia pela Administração são cadastrados corretamente no sistema.

Comentário: Mais uma vez a Rumos fica responsável por coordenar um processo que envolve dois terceiros (Prevtech e Sinqia). Foram enviadas as evidências do controle executado.

Pontos de Melhoria: Não há.

Já sobre o risco **1.2.2 Ausência de registro de participante, assistido e/ou beneficiário (Tempestividade e adequação do registro)**, são 3 controles:

- **1.2.2.1 :** Cadastro centralizado na Entidade, contemplando dados de todos os empregados da(s) patrocinadora(s), participantes ou não, assistidos e autofinanciados.

Responsável: Renata. Quando não disponível, delega para alguém da equipe, no qual, todos sabem da rotina.

Descrição: O cadastro de todos os participantes consta em sistema eletrônico, alguns registros históricos anteriores a 2005 constam em planilha até que seja verificada viabilidade de importação para o sistema.

Comentários: O cadastro de todos os Participantes está de fato centralizado no sistema previdenciário como evidenciado nos arquivos de Mala Direta disponibilizados pela Entidade.

Pontos de Melhoria: Não há.

- **1.2.2.2 :** Cadastro centralizado na Entidade, contemplando dados de todos os empregados da(s) patrocinadora(s), participantes ou não, assistidos e autofinanciados.

Responsável: Renata. Quando não disponível, delega para alguém da equipe, no qual, todos sabem da rotina. Os processos estão manualizados com o passo a passo.

Descrição: Sistema E-Flex parametrizado para informar no arquivo de movimento mensal a matrícula do funcionário na Patrocinadora. ScafPlus parametrizado para acatar a matrícula informada no arquivo de movimento. A validação é mensal durante o processamento do arquivo de movimento, semestral durante a validação de 100% da base de dados de participantes ativos e anual durante a validação de cadastro da avaliação atuarial.

Comentários: A matrícula é uma chave primária dos funcionários que serve de elo com a base previdenciária. Conforme checado e disponível no **Batimento de dados cadastrais.xlsx**, não há divergência nos números de matrículas atuais.

Pontos de Melhoria: Não há.

- **1.2.2.3** : Crítica no processamento mensal do cadastro de participantes alertando para ausências em relação à posição anterior.

Responsável: Renata. Quando não disponível, delega para alguém da equipe, no qual, todos sabem da rotina. Os processos estão manualizados com o passo a passo.

Descrição: Processo interno da Administração para verificar se há alguma mudança entre as informações mensais que não sejam mudanças advindas ou da Patrocinadora ou da Sinqia, isto é, sem a execução de ninguém. A Administração checa se há alteração entre o arquivo de Mala Direta de um mês para o outro e verifica se não houve mudanças ocasionadas ativamente.

Comentários: Esse controle demonstra um certo grau de insegurança em relação ao prestador de serviço, no aspecto de *bugs* do sistema.

Pontos de Melhoria: Não há. Acreditamos que o controle 1.2.1.5. e 1.2.1.6. já são suficientes para quaisquer apontamentos visto que a origem do arquivo da patrocinadora é independente da Sinqia.

3. PPE **Pessoa Politicamente Exposta**

- São dois controles que estão atrelados ao Risco **1.1.3 e 1.2.3 Danos por deixar de identificar dentre os participantes, beneficiários e assistidos aqueles considerados como pessoas politicamente expostas (PPEs), bem como não identificar a origem dos recursos das operações com eles realizadas:**

- **1.1.3.8 e 1.2.3.8:** Cláusula contratual com os prestadores de serviços terceirizados de administração dos planos estabelecendo a obrigatoriedade de identificar e informar, dentro do prazo legal, quaisquer transações de pessoas politicamente expostas.

Responsável: Sob Demanda da Gerência/Diretoria

Descrição: Formalização de SLA e demais cláusulas contratuais.

Comentários: Para elaboração dos termos específicos de sistema, a Rumos conta com o apoio da DISI, consultoria de TI. Para o contrato em si, a revisão passa pela JCM.

Há a formalização em relatório sobre os casos encontrados pelo prestador e pode ser verificado nos controles de chamados.

Pontos de Melhoria: Não há.

- **1.1.3.9 e 1.2.3.9:** Comparação do cadastro de Pessoas Politicamente Expostas (PPE) da Rumos com relação fornecida pelo Banco Itaú S/A.

Responsável: Renata. Quando não disponível, delega para alguém da equipe, no qual, todos sabem da rotina. Os processos estão manualizados com o passo a passo, além de formalizados através da inclusão de obrigações no sistema de riscos e controles

Descrição: Formalização de SLA e demais cláusulas contratuais.

Comentários: A Rumos faz uma dupla com a lista disponibilizada pelo Banco Itaú. O ponto de atenção desse controle é que ele é uma dupla checagem operacional do processo interno da própria Sinqia, para verificar se o prestador realmente realizou as alterações.

Foi realizada uma nova checagem pela lista mensal de PPE disponibilidade pelo Portal da Transparência (www.portaldatransparencia.gov.br/download-dados/pep) e foi encontrado um Participante com o mesmo nome e números do meio do CPF iguais (Pelo portal, apenas os números do meio do CPF ficam expostos).

Verificando mais a fundo as informações, foi constatado que é a mesma pessoa e ela não consta na base de PPE disponibilizado pelo Banco Itaú (Ricardo de Oliveira Rocha). A evidência pode ser vista no arquivo **PPEs.xlsx**.

Pontos de Melhoria: O controle serve para testar se o prestador está realizando as alterações solicitadas e não para controlar de fato a identificação de PPEs. Para implementar esse controle, **a administração deve realizar uma checagem com uma lista disponibilizado por um terceiro** que não seja o prestador atual, pois senão o controle serve apenas para mitigar algum risco operacional do atual fornecedor, sem ser uma mitigação de cadastro de PPE.

Ao conversar com a Administração, o processo será revisto com a troca de fornecedor.

COMENTÁRIOS FINAIS

Apesar de alguns pontos de melhoria apresentados nesse relatório, verificamos que os controles apresentados pela Rumos **estão robustos o suficiente para mitigar os riscos citados**. Sempre há formas de melhorar os processos e controles, porém é preciso avaliar se o custo-benefício vale a pena, além do apetite a risco da Entidade.

Todos os processos avaliados envolvem terceiros, sendo que os mais críticos, mais de um terceiro, ficando a Rumos responsável por coordenar o fluxo de informação e verificar a efetividade do processo em si.

Com a mudança de sistema que está em vias de acontecer, acreditamos que muitos controles serão, ou alterados ou finalizados por melhora do próprio processo.